Boletim do DIAP
Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
Ano XIV – Nº 192 Agosto de 2006

Os movimentos sociais e o Governo Federal

Os movimentos sociais, como grupos de pressão, devem pautar suas relações com os governos pela autonomia e independência, seja quem for o presidente da República. As ações e lealdade podem e devem ser programáticas, táticas e estratégicas, mas nunca devem prescindir da autonomia e independência do movimento, especialmente na relação com governos de coalizão.

As decisões de governos, invariavelmente, sofrem pressão e influência das forças políticas, econômicas e sociais, e os movimentos sociais que deixarem de se mobilizar em favor de seus pleitos, desejos e aspirações, estarão – direta ou indiretamente – renunciando à razão de sua existência.

No presidencialismo brasileiro – que exige a formação de coalizões partidárias para assegurar maioria no Congresso – o Chefe do Poder Executivo não toma decisões por lealdade a origem profissional ou amizade, mas em razão da correlação de força, de disputas e de penosas negociações com as forças políticas, econômicas e sociais.

Quando, por qualquer razão, um movimento social oferece seu apoio a qualquer governante de modo acrítico, sem estabelecer como contrapartida o compromisso com o ideário defendido pelo segmento que representa, estará correndo o risco de ser anulado, tragado, cooptado ou de virar platéia, torcida ou massa de manobra do governante.

O exemplo do primeiro mandato do presidente Lula, cuja trajetória política se confunde com as causas dos movimentos sociais, é muito ilustrativo. Muitos setores do movimento social, imaginando estar ajudando o Presidente, deixaram de pressioná-lo e, em alguns casos, passaram a considerar como oposição críticas corretas às políticas governamentais, abrindo uma avenida para que os setores conservadores pressionassem e arrancassem do Governo decisões que jamais conseguiriam caso os setores sociais estivessem disputando o conteúdo dessas políticas, fazendo o contraponto.

Passados três anos e meio de gestão do Governo Lula, esses setores começam a perceber que não basta pertencer ao partido ou ao grupo político do Presidente, é preciso pressionar e disputar propostas. A luta dos caciques pelo poder, sem preocupação com as políticas implementadas, além de desmobilizar os movimentos, produz grandes estragos na capacidade de fazer política, com o "p" maiúsculo.

É hora, portanto, de definir posições, firmar convicções e também apoiar candidatos, porém sempre vinculando esse apoio aos programas de governo. A melhor forma de ajudar um candidato é apresentar a ele propostas e idéias e convencê-lo sobre a necessidade de incluí-las no programa de governo. Uma vez eleito, o papel do movimento social é cobrar a implementação do programa do governo, pressionando-o e, se necessário apoiando-o, para assegurar a transformação do programa em políticas públicas.

Antônio Augusto de Queiroz
Diretor de Documentação do DIAP

Sessão Legislativa
Medidas provisórias paralisam trabalhos do Congresso 2

Dez mais
Cabeças do Congresso elegem os dez parlamentares mais influentes 3

Elite do Congresso
Veja o perfil dos cinco deputados e dos cinco senadores que conduzem o processo decisório 4 e 5

Publicação do DIAP
Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
BOLETIM DO DIAP
Ano XIV - Nº 192 - AGOSTO DE 2006

Publicação mensal do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
SBS - Edifício Seguradoras - Salas 301/7
70093-900 - Brasília-DF
Fones: (61) 3225-9704/9744
Fax: (61) 3225-9150

Supervisão
Ulisses Riedel de Resende
Editora
Viviane Ponte Sena
Redação
Alysson Alves, Antônio Augusto de Queiroz
Marcos Verlaine e Viviane Ponte Sena.
Página: www.diap.org.br
Endereço eletrônico: diap@diap.org.br

Diagramação
Fernanda Medeiros - RP 4707/DF
Fone: (61) 3321-8200
Impressão: Stephanie Gráfica e Editora

Conselho Diretor do DIAP

Presidente
Celso Napolitano (SINPRO/SP e FEPESP)

Vice-Presidentes
José Gabriel Teixeira dos Santos (CNTI)
Fernando Cláudio Antunes Araújo (UNACON)
João Batista da Silveira (SAAE/MG)
Wellington Teixeira Gomes (FITEE)
Lúcio Flávio Costa (Fed. Bras. Adm.)

Superintendente
Epaminondas Lino de Jesus (SINDAF/DF)
Suplente: Ezequiel Souza Nascimento (SINDILEGIS)
Secretário: Wanderlino Teixeira de Carvalho (FNE)
Suplente: Izac Antonio de Oliveira (FITEE)
Tesoureiro: José Carlos Perret Schulte (CNTC)
Suplente: José Caetano Rodrigues (CNTS)

Conselho Fiscal
Efetivos: Jânio Pereira Barbosa (SENGE/DF)
Itamar Revoredo Kunert (Sind. Adm. de Santos/SP)
José Aquiles de Almeida (CNTEEC)

Suplentes
Aramis Marques da Crus (Sindicato Nacional dos Moedeiros)
Francílio Pinto Paes Leme (SINPRO/RJ)
Joaquim Domingues Carneiro Neto (SENALBA/SC)

Regulamentação de MP: o feitiço contra o feiticeiro

Antônio Augusto de Queiroz

A história é pródiga em exemplos de que agir movido por ressentimento nunca produz bons resultados. Isso vale na vida pessoal, profissional ou institucional. A aprovação e promulgação da Emenda à Constituição nº 32, de setembro de 2001, que proíbe a reedição de medidas provisórias, ilustra bem essa assertiva.

O Congresso, reagindo à reedição indeterminada de medidas provisórias, em lugar de buscar uma solução racional que desse ao Poder Executivo condições de governabilidade e ao mesmo tempo mantivesse a prerrogativa dos deputados e senadores de legislarem, resolveu punir o Governo Federal, simplesmente proibindo a reedição e determinando o bloqueio da pauta da Câmara ou do Senado, passados 45 dias de sua edição, até a votação ou a perda de eficácia das MPs, que passaram a ter validade de 60 dias, prorrogável automaticamente por mais 60, num total de 120 dias.

Antes desse ato impensado, o Governo legislava por medida provisória, inclusive com direito à reedição com alteração de conteúdo, mas o Congresso Nacional legislava concorrentemente, podendo priorizar os projetos em relação às MPs, já que elas podiam ser reeditadas e não bloqueavam a pauta, nem na Câmara nem no Senado.

A partir de 11 de setembro de 2001, com a promulgação e publicação da Emenda Constitucional nº 32, foi proibida a reedição de Medidas Provisórias e fixado um prazo de validade de 120 dias (60 mais uma prorrogação automática de novos 60 dias) para sua deliberação, sendo que, passados 45 de sua edição, ela bloquearia a pauta da Câmara ou do Senado, caso ainda não tivesse sido votada.

Com essa regra, em lugar de ganhar mais atribuições, o Congresso perdeu o controle da agenda legislativa e deixou de legislar concorrentemente com o Poder Executivo nos momentos de trancamento da pauta por medidas provisórias, o que tem sido praxe nessa temporada de crise política.

Levantamento de Francisco da Silva Cardozo, funcionário da Liderança do PSDB na Câmara e um dos maiores especialistas em processo legislativo no Congresso, ilustra bem a gravidade desse quadro. Segundo ele, desde a gestão de Aécio Neves, passando pela de João Paulo e Severino Cavalcanti até a de Aldo Rebelo, em pelo menos 63,75% das sessões destinadas à deliberação houve obstrução e a pauta permaneceu bloqueada.

Ainda segundo Cardozo, das 114 sessões deliberativas havidas na gestão de Aécio Neves, após aprovada a referida Emenda Constitucional, 46 estavam obstruídas, ou seja, 40,35%. Na presidência de João Paulo Cunha foram realizadas 315 sessões deliberativas e em 177 das quais, ou 56,19% não houve votações por causa de obstrução. Na gestão de Severino Cavalcanti, das 102 sessões convocadas, em 80 delas, ou 78,43%, não houve votação. E, finalmente, na gestão de Aldo Rebelo, das 139 sessões deliberativas convocadas até 4 de julho, em 98 delas houve obstrução, ou seja, em 70,50% dos casos a pauta continuou bloqueada.

A média de edição de medidas provisórias, considerando apenas o período de vigência da nova regra, foi maior no Governo FHC em comparação com o Governo Lula. Enquanto FHC editou, nos 15 meses de vigência dessa regra em seu governo, 102 MPs, numa média mensal de 6,8, o Governo Lula, até 31 de julho, portanto durante 43 meses, editou 212, numa média mensal de 4,93 MPs.

O caso das medidas provisórias, portanto, é ilustrativo do modo emocional e pouco racional de algumas decisões do Congresso, como a dos deputados que, querendo vingar-se do Poder Executivo, elegeu Severino Cavalcanti presidente Câmara.

Jornalista, analista político e Diretor de Documentação do DIAP

DEZ MAIS

Cabeças do Congresso elegem os 10 mais influentes do Parlamento

O DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – acaba de concluir a 10ª edição da pesquisa sobre os dez parlamentares mais influentes do Poder Legislativo, realizada anualmente entre os "Cabeças do Congresso". Desta vez, o índice de resposta superou as expectativas. Dos 100 "Cabeças", distribuídos entre 71 deputados e 29 senadores, 87 parlamentares votaram para eleger os dez mais, entre eles 60 deputados e 27 senadores. Somente onze deputados e dois senadores deixaram de votar.

De acordo com o resultado da enquete, a elite política do Legislativo é constituída de cinco deputados e cinco senadores, na seguinte ordem: 1º deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), com 49 votos; 2º senador Renan Calheiros (PMDB/AL), com 46 votos; 3º senador Arthur Virgílio (PSDB/AM), com 42; 4º senador Aloizio Mercadante (PT/SP), com 35; 5º deputado José Carlos Aleluia (PFL/BA), com 31; 6º senador José Sarney (PMDB/AP), com 30; 7º deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), com 27; 8º senador Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA), com 26; 9º deputado Henrique Fontana (PT/RS), com 26; e 10º deputado Rodrigo Maia (PFL/RJ), com 22 votos.

O resultado da pesquisa também fornece algumas pistas importantes sobre os critérios adotados pelos parlamentares para a eleição dos mais influentes: peso político, reputação positiva, (nenhum está envolvido nos escândalos do Mensalão ou dos Sanguessugas), capacidade de articulação e de interlocução política, fazer parte de grupos políticos, influência sobre o partido e, principalmente, poder institucional. Com exceção de Sarney e ACM, que são chefes políticos e ex-presidentes do Congresso, todos os demais exercem postos na estrutura do Legislativo, seja como presidente da Câmara e do Senado, seja como líderes partidários, do Governo ou da Minoria.

Além dos critérios dos que votaram, cinco aspectos chamam a atenção no resultado do levantamento. O primeiro é o número de senadores entre os 10 mais influentes. O Senado tem apenas 29% dos "Cabeças" mas representa 50% da elite. O segundo é o equilíbrio entre oposição e situação. São seis da base do Governo e quatro da oposição, entre estes dois senadores e dois deputados. O terceiro é o peso das regiões Norte e Nordeste, que respondem pela metade dos eleitos como mais influentes. O quarto é a composição ideológica da elite. São quatro parlamentares de esquerda, três de centro, dois de centro-direita e um de direita. O quinto é a distribuição partidária: o primeiro é o PT, legenda do Presidente da República e maior partido da base na Câmara, com três parlamentares; o segundo é o PFL, principal partido de oposição, com três parlamentares; o terceiro é o PMDB, com dois, e por último o PSDB, com um, e o PCdoB, com um.

Dos 100 "Cabeças", distribuídos entre 71 deputados e 29 senadores, 87 parlamentares votaram para eleger os dez mais, entre eles 60 deputados e 27 senadores. Somente onze deputados e dois senadores deixaram de votar

No levantamento, de acordo com os votos recebidos, identifica-se um segundo grupo de influência, com diferença que varia entre um e três votos para o 10º colocado, formado quase que exclusivamente por parlamentares de oposição. São eles: o deputado Fernando Gabeira (PV/RJ), com 21 votos; o senador José Agripino (PFL/RN), também com 21 votos; o deputado Jutahy Junior (PSDB/BA), com 20 votos; o senador Jorge Bornhausen (PFL/SC), com 19 votos; o deputado Delfim Netto (PMDB/SP), também com 19 votos; e o senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), com 18 votos.

Finalmente, registre-se que o critério para eleição dos dez, desde a primeira edição, sempre foi da livre escolha do parlamentar, podendo tanto votar levando em consideração a lista dos "Cabeças" quanto indicar qualquer outro parlamentar que não faça parte dessa lista. Em abono à seriedade da lista do DIAP, basta dizer que na eleição dos dez nenhum parlamentar que não estava na lista dos "Cabeças" recebeu mais que um voto.

Este, segundo os próprios parlamentares, é o retrato da elite do Congresso brasileiro, tanto do ponto de vista político e ideológico, quanto partidário e regional.

Dez mais do Cong

Aldo Rebelo - PCdoB/SP

Deputado, 4º mandato, jornalista. Parlamentar experiente, de boa formação intelectual, foi líder do partido e presidente da Comissão de Relações Exteriores. Ex-presidente da UNE, tem fortes vínculos com os movimentos populares, sindicais e estudantis. Foi presidente da CPI da Nike na legislatura passada. Líder do Governo Lula na Câmara nos dois primeiros anos desta legislatura, surpreendeu pela discrição e capacidade de articulação, revelando-se um exímio negociador na condução das reformas previdenciária e tributária. Atual presidente da Câmara, foi ministro da Coordenação Política do presidente Lula. Destaca-se como articulador.

Renan Calheiros – PMDB/AL

Senador, 2º mandato, advogado. Parlamentar com forte trânsito e de boa formação, liderou o partido no Senado de 2001 a 2004. Em 2005, foi eleito presidente do Senado Federal, com 73 votos. Ministro da Justiça em 98, foi considerado um dos mais populares, com atuação nas áreas de defesa do consumidor e cidadania. Ocupou a 2ª Secretaria da Mesa em 1995, quando coordenou um grupo de trabalho que iniciou o processo de modernização do Senado. Hoje, é um dos principais interlocutores do PMDB com o Governo e, ao mesmo tempo, com a Oposição no Congresso. Destaca-se como articulador.

Arthur Virgílio – PSDB/AM

Senador, 1º mandato, diplomata e advogado. Com tradição nas lutas democráticas, é um parlamentar com visão nacional. Foi prefeito de Manaus (1989/1992), ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e conselheiro de Governo na Presidência da República no segundo Governo FHC. Na oportunidade de seu terceiro mandato de deputado federal, ganhou enorme projeção como líder do Governo Fernando Henrique no Congresso, função que exerceu com dedicação exemplar. Excelente orador, é homem de diálogo e sempre priorizou o debate dos grandes problemas nacionais da tribuna do Congresso, tanto como líder do Governo FHC na Câmara, quanto como líder da oposição no Senado. Um dos principais expoentes do PSDB, é incansável na oposição ao Governo Lula. Com grande fluência em assuntos econômicos, destaca-se como debatedor.

Aloizio Mercadante – PT/SP

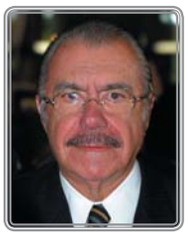
Senador, 1º mandato, economista, professor universitário. Parlamentar de sólida formação intelectual, eleito senador com a maior votação da história do País, é respeitado pela qualidade de suas intervenções. Foi coordenador do programa de governo do PT, assessor econômico da campanha presidencial e membro da executiva nacional do partido. Foi também deputado federal por dois mandatos. No primeiro, destacou-se nas comissões parlamentares de inquérito do PC Farias e do Orçamento. No segundo, consolidou seu prestígio na Câmara Federal com excelente condução da liderança do partido e com elogiada gestão na presidência da Comissão de Economia, Indústria e Comércio. Foi líder do Governo Lula no Senado, quando fez um esforço extraordinário para defender e aprovar os projetos do Poder Executivo naquela Casa do Congresso, onde a base governista é minoria. Debatedor aplicado, com excelente trânsito no Congresso, destaca-se como negociador.

José Carlos Aleluia – PFL/BA

Deputado, 4º mandato, engenheiro e professor. Muito articulado e tecnicamente preparado, é o principal líder da oposição ao Governo Lula na Câmara. Atual líder da Minoria na Casa, é especialista em infraestrutura. Ex-presidente da CHESF, no Congresso foi relator da Lei de Concessões de Serviço Público; da Lei de Informática (fim da reserva no setor); da Lei de Crimes Ambientais; da Lei de Desmembramento da LIGHT; da Lei de Criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); da Lei de Criação do Programa de Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica Emergencial; da criação do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Renovável - PROINFRA; do Programa do Consumidor de Baixa Renda de Energia Elétrica; da Lei de Abuso do Poder Econômico; da Lei da Modernização dos Portos; da Emenda Constitucional de Cabotagem, bem como da Lei de Conversão que criou incentivos especiais para as empresas automotivas brasileiras e do regime especial automotivo para o Nordeste. Operador político eficiente, ex-secretário-geral da executiva nacional do PFL, já presidiu a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e a Comissão Mista de Orçamentos Públicos e Fiscalização. Excelente formulador, destaca-se como debatedor.

gresso em 2006

José Sarney – PMDB/AP



Senador, 4º mandato, escritor e jornalista. Um dos políticos mais influentes da República, já passou pelos principais cargos que um homem público pode almejar. Participou de todas as legislaturas desde a 40ª, com exceção da 43ª (era governador do Maranhão) e da 48ª (era Presidente da República). Foi deputado federal, senador, governador, vice-presidente da República, presidente da República, líder partidário, presidente de partido e presidente do Senado. Liberal, excelente articulador, é defensor e um dos principais condutores das reformas constitucionais do Governo Lula no Congresso, assim como o foi nas propostas de Emenda Constitucional durante o primeiro Governo FHC. Eleito e reeleito senador pelo Amapá, é a maior liderança política de seu estado natal, o Maranhão. Parlamentar de maior prestígio no Senado, destaca-se como formador de opinião.

Arlindo Chinaglia – PT/SP

Deputado, 3º mandato, médico. Líder do Governo na Câmara, inclui-se entre os parlamentares mais influentes do Congresso. Foi líder do PT e presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, onde teve papel destacado como crítico da política econômica do Governo FHC. É especialista em seguridade social, foi dirigente nacional do PT e sindicalista da área médica, além de secretário das Subprefeituras na gestão de Marta Suplicy em São Paulo. Bom orador, habilidoso no manejo das palavras, vem se revelando um negociador privilegiado. Debatedor qualificado, é respeitado pela situação e pela oposição devido à clareza dos argumentos e firmeza na defesa de seus pontos de vista. Teve seu nome cotado para a presidência da Câmara dos Deputados. Bom formulador, destaca-se como negociador.

Antonio Carlos Magalhães - PFL/BA

Senador, 2º mandato, empresário, médico e jornalista. Político experiente, está entre as principais lideranças do Partido da Frente Liberal. Polêmico e ousado, evoluiu da condição de líder regional para uma posição de projeção nacional, tendo sido um dos homens mais poderosos da República durante o Governo FHC, especialmente nos dois períodos em que presidiu o Senado Federal. Foi três vezes governador da Bahia, além de ministro das Comunicações no Governo Sarney. Extremamente bem articulado, é o atual presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Inclui-se entre os formadores de opinião.

Henrique Fontana – PT/RS

Deputado, 2º mandato, médico e administrador de empresas. Com a experiência de vereador em dois mandatos na cidade de Porto Alegre (1993-96 e 1997-99) e de secretário municipal de Saúde (1997) atua na Câmara com desenvoltura de veterano, tendo sido um dos principias interlocutores do ex-governador Olívio Dutra no Congresso. Foi presidente da CPI dos Planos de Saúde e um dos coordenadores da Frente Parlamentar da Saúde. Como vice-líder do PT na Câmara, já se destacava nos encaminhamentos sobre questões de saúde, pacto federativo, reforma tributária, legislação eleitoral e partidária. Agora, como líder do PT na Câmara, destaca-se como debatedor.

Rodrigo Maia – PFL/RJ

Deputado, 2º mandato, analista financeiro. Filho do prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, já ocupou o cargo de secretário municipal de Governo na Prefeitura da cidade. Com experiência no mercado financeiro, com passagem pelo Banco BMG e Icatu, prioriza em sua atuação o mercado de capitais, matérias financeiras e tributárias, trabalhistas e relativas à geração de emprego e renda. Parlamentar bem articulado, ex-presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, conquistou seu espaço na elite parlamentar por mérito próprio. Líder do PFL, é um opositor qualificado do Governo Lula no Congresso. Destaca-se como debatedor.

Nome do Parlamentar	Partido/Estado	Total de Votos
Aldo Rebelo	(PCdoB/SP)	49
Renan Calheiros	(PMDB/AL)	46
Arthur Virgílio	(PSDB/AM)	42
Aloizio Mercadante	(PT/SP)	35
José Carlos Aleluia	(PFL/BA)	31
José Sarney	(PMDB/AP)	30
Arlindo Chinaghia	(PT/SP)	27
Antônio Carlos Magalhães	(PFL/BA)	26
Henrique Fontana	(PT/RS)	26
Rodrigo Maia	(PFL/RJ)	22
Fernando Gabeira	(PV/RJ)	21
José Agripino	(PFL/RN)	21
Jutahy Junior	(PSDB/BA)	20
Delfim Netto	(PMDB/SP)	19
Jorge Bornhausen	(PFL/SC)	19
Tasso Jereissati	(PSDB/CE)	19
Heloísa Helena	(PSOL/AL)	14
Ideli Salvatti	(PT/SC)	13
Jefferson Peres	(PDT/AM)	13
Michel Temer	(PMDB/SP)	13
Miro Teixeira	(PDT/RJ)	13
Marco Maciel	(PFL/PE)	11
José Thomaz Nonô	(PFL/AL)	10
Pedro Simon	(PMDB/RS)	10
Sigmaringa Seixas	(PT/DF)	10
Alberto Goldman	(PSDB/SP)	9
Antônio Carlos Biscaia	(PT/RJ)	7
Antônio Carlos Magalhães Neto	(PFL/BA)	7
Beto Albuquerque	(PSB/RS)	7
Carlito Merss	(PT/SC)	7
José Eduardo Cardozo	(PT/SP)	7
José Múcio Monteiro	(PTB/PE)	7
Sérgio Miranda	(PDT/MG)	7
Tião Viana	(PT/AC)	7
Delcídio Amaral	(PT/MS)	6
Eduardo Campos	(PSB/PE)	6
Eduardo Suplicy	(PT/SP)	6
Gustavo Fruet	(PSDB/PR)	6
Inocêncio Oliveira	(PL/PE)	6
Romero Jucá	(PMDB/RR)	6
Fernando Coruja	(PPS/SC)	5
Henrique Eduardo Alves	(PMDB/RN)	5
Renildo Calheiros	(PCdoB/PE)	5
Álvaro Dias	(PSDB/PR)	4
Demóstenes Torres	(PLF/GO)	4
Eduardo Paes	(PSDB/RJ)	4
Efraim Morais	(PFL/PB)	4
Eunício Oliveira	(PMDB/CE)	4
Geddel Vieira Lima	(PMDB/BA)	4
Luiz Eduardo Greenhalgh	(PT/SP)	4

Nome do Parlamentar	Partido/Estado	Total de Votos
Paulo Paim	(PT/RS)	4
Ricardo Berzoini	(PT/SP)	4
Sérgio Guerra	(PSDB/PE)	4
Alexandre Cardoso	(PSB/RJ)	3
Armando Monteiro	(PTB/PE)	3
Chico Alencar	(PSOL/RJ)	3
Cristovam Buarque	(PDT/DF)	3
Jader Barbalho	(PMDB/PA)	3
Jandira Feghalli	(PCdoB/RJ)	3
José Pimentel	(PT/CE)	3
Luiz Carlos Hauly	(PSDB/PR)	3
Maurício Rands	(PT/PE)	3
Mendes Ribeiro Filho	(PMDB/RS)	3
Ney Lopes	(PFL/RN)	3
Ney Suassuna	(PMDB/PB)	3
Osmar Serraglio	(PMDB/PR)	3
Renato Casagrande	(PSB/ES)	3
Roberto Freire	(PPS/PE)	3
Virgílio Guimarães	(PT/MG)	3
Agnelo Queiroz	(PCdoB/DF)	2
Arnaldo Faria de Sá	(PTB/SP)	2
Fernando Bezerra	(PTB/RN)	2
Francisco Dornelles	(PP/RJ)	2
Inácio Arruda	(PCdoB/CE)	2
Jorge Bittar	(PT/RJ)	2
José Roberto Arruda	(PFL/DF)	2
Luciano Zica	(PT/SP)	2
Luiz Antônio Fleury	(PTB/SP)	2
Luiza Erundina	(PSB/SP)	2
Paulo Delgado	(PT/MG)	2
Roberto Magalhães	(PFL/PE)	2
Rodolpho Tourinho	(PFL/BA)	2
Ronaldo Caiado	(PFL/GO)	2
Walter Pinheiro	(PT/BA)	2
Arnaldo Madeira	(PSDB/SP)	1
Bismarck Maia	(PSDB/CE)	1
Fernando Ferro	(PT/PE)	1
João Caldas	(PL/AL)	1
Julio Lopes	(PP/RJ)	1
Pauderney Avelino	(PFL/AM)	1
Alceu Collares	(PDT/RS)	0
Amir Lando	(PMDB/RO)	0
Antonio Carlos Valadares	(PSB/SE)	0
Carlos Mota	(PSB/MG)	0
Custódio Mattos	(PSDB/MG)	0
Inaldo Leitão	(PL/PB)	0
Jovair Arantes	(PTB/GO)	0
Paulo Octávio	(PFL/DF)	0
Walter Feldman	(PSDB/SP)	0
Yeda Crusius	(PSDB/RS)	0

Fonte: DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

Outros indicados

Nome do Parlamentar	Partido/Estado	Total de Votos
Arnon Bezerra	(PTB/CE)	1
César Borges	(PFL/BA)	2
Ciro Nogueira	(PP/PI)	2
João Hermann Neto	(PDT/SP)	1
João Leão	(PL/BA)	1
José Jorge	(PFL/PE)	1
Juíza Denise Frossard	(PPS/RJ)	1
Júlio Delgado	(PPS/MG)	1
Marcelo Ortiz	(PV/SP)	1
Osvaldo Coelho	(PFL/PE)	1
Raul Jungmann	(PPS/PE)	1
Ricarte de Freitas	(PTB/MT)	1
Vanessa Grazziotin	(PCdoB/AM)	1
Zenaldo Coutinho	(PSDB/PA)	1

Fonte: DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

Relação dos Dez mais desde 1996, primeira edição da pesquisa

Dez mais do Congresso Nacional em 2006

1º - deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP)
2º - senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
3º - senador Arthur Virgílio (PSDB/AM)
4º - senador Aloizio Mercadante (PT/SP)
5º - deputado José Carlos Aleluia (PFL/BA)
6º - senador José Sarney (PMDB/AP)
7º - deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP)
8º - senador Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA)
9º - deputado Henrique Fontana (PT/RS)
10º - deputado Rodrigo Maia (PFL/RJ)

87 Cabeças do Congresso participaram da eleição dos Dez mais

Dez mais do Congresso Nacional em 2005

1º - senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
2º - senador Arthur Virgílio (PSDB/AM)
3º - deputado José Carlos Aleluia (PFL/BA)
4º - deputado Severino Cavalcanti (PP/PE)
5º - senador Aloizio Mercadante (PT/SP)
6º - senador José Sarney (PMDB/AP)
7º - deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP)
8º - deputado Delfim Netto (PP/SP)
9º - deputado Alberto Goldman (PSDB/SP)
10º - senador José Agripino (PFL/RN)

71 Cabeças do Congresso participaram da eleição dos Dez mais

Dez mais do Congresso Nacional em 2004

1º - deputado João Paulo Cunha (PT/SP)
2º - senador José Sarney (PMDB/AP)
3º - deputado José Carlos Aleluia (PFL/BA)
4º - senador Arthur Virgílio (PSDB/AM)
5º - senador Aloizio Mercadante (PT/SP)
6º - deputado Professor Luizinho (PT/SP)
7º - senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
8º - senador José Agripino (PFL/RN)
9º - senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)
10º - deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP)

83 Cabeças do Congresso participaram da eleição dos Dez mais

Dez mais do Congresso Nacional em 2003

1º - deputado João Paulo Cunha (PT/SP)
2º - senador José Sarney (PMDB/AP)
3º - deputado José Carlos Aleluia (PFL/BA)
4º - deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP)
5º - senador Aloizio Mercadante (PT/SP)
6º - senador Arthur Virgílio (PSDB/AM)
7º - senador Jorge Bornhausen (PFL/SC)
8º - deputado Jutahy Júnior (PSDB/BA)
9º - deputado Eunício Oliveira (PMDB/CE)
10º - deputado Professor Luizinho (PT/SP)

83 Cabeças do Congresso participaram da eleição dos Dez mais

Dez mais do Congresso Nacional em 2002

1º - deputado Aécio Neves (PSDB/MG)
2º - deputado Inocêncio Oliveira (PFL/PE)
3º - deputado Delfim Netto (PPB/SP)
4º - deputado Arnaldo Madeira (PSDB/SP)
5º - deputado Geddel Vieira Lima (PMDB/BA)
6º - deputado Miro Teixeira (PDT/RJ)
7º - deputado Walter Pinheiro (PT/BA)
8º - deputado José Genoíno (PT/SP)
9º - deputado Aloizio Mercadante (PT/SP)
10 - senador Ramez Tebet (PMDB/MS)

70 Cabeças do Congresso participaram da pesquisa dos Dez mais

Dez mais do Congresso Nacional em 2001

1º - deputado Aécio Neves (PSDB/MG)
2º - deputado Inocêncio Oliveira (PFL/PE)
3º - deputado José Genoíno (PT/SP)
4º - deputado Arnaldo Madeira (PSDB/SP)
5º - deputado Delfim Netto (PPB/SP)
6º - deputado Walter Pinheiro (PT/BA)
7º - senador Jefferson Peres (PSDB/AM)
8º - deputado Miro Teixeira (PDT/RJ)
9º - deputado Aloizio Mercadante (PT/SP)
10º - deputado José Dirceu (PT/SP)

51 Cabeças do Congresso participaram da pesquisa dos Dez mais

Dez mais do Congresso Nacional em 2000

1º - deputado Inocêncio Oliveira (PFL/PE)
2º - senador Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA)
3º - deputado Michel Temer (PMDB/SP)
4º - deputado José Genoíno (PT/SP)
5º - deputado Aécio Neves (PSDB/MG)
6º - deputado Aloizio Mercadante (PT/SP)
7º - senador Jáder Barbalho (PMDB/PA)
8º - deputado Arnaldo Madeira (PSDB/SP)
9º - deputado Miro Teixeira (PDT/RJ)
10º - deputado Geddel Vieira Lima (PMDB/BA)

63 Cabeças do Congresso participaram da pesquisa dos Dez mais

Dez mais do Congresso Nacional em 1999

1º - deputado Inocêncio Oliveira (PFL/PE)
2º - deputado Michel Temer (PMDB/SP)
3º - senador Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA)
4º - deputado José Genoíno (PT/SP)
5º - senador Jáder Barbalho (PMDB/PA)
6º - deputado Miro Teixeira (PDT/RJ)
7º - deputado Arnaldo Madeira (PSDB/SP)
8º - senador Eduardo Suplicy (PT/SP)
9º - deputado Delfim Netto (PPB/SP)
10º - deputado Aécio Neves (PSDB/MG)

64 Cabeças do Congresso participaram da pesquisa dos Dez mais

Não houve levantamento dos Dez mais em 1998

Dez mais do Congresso Nacional em 1997

1º - deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL/BA)
2º - senador José Sarney (PMDB/AP)
3º - deputado Inocêncio Oliveira (PFL/PE)
4º - deputado Michel Temer (PMDB/SP)
5º - deputado José Genoíno (PT/SP)
6º - deputado Miro Teixeira (PDT/RJ)
7º - deputado Delfim Netto (PPB/SP)
8º - senador Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA)
9º - senador Eduardo Suplicy (PT/SP)
10º - deputado Roberto Campos (PPB/RJ)

62 Cabeças do Congresso participaram da pesquisa dos Dez mais

Dez mais do Congresso Nacional em 1996

1º - deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL/BA)
2º - senador José Sarney (PMDB/AP)
3º - deputado Inocêncio Oliveira (PFL/PE)
4º - senador Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA)
5º - deputado Michel Temer (PMDB/SP)
6º - deputado Delfim Netto (PPB/SP)
7º - deputado Miro Teixeira (PDT/RJ)
8º - deputado José Genoíno (PT/SP)
9º - deputado José Aníbal (PSDB/SP)
10º - senador Eduardo Suplicy (PT/SP)

46 Cabeças do Congresso participaram da pesquisa dos Dez mais